

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.569 - SE (2018/0069457-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : NORCON SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES S/A
EMBARGANTE : SPE CONDOMÍNIO VIVENDAS DO BOSQUE LTDA
ADVOGADOS : ARTUR RIBEIRO BARACHISIO LISBÔA E OUTRO(S) - SE000554A
LÍCIA REGINA SANTOS DE MENEZES E OUTRO(S) - SE004459
EMBARGADO : MARIA NEUSA DIAS FONTES - ESPÓLIO
REPR. POR : ADRIA DIAS FONTES - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : AUGUSTO SAVIO LEO DO PRADO E OUTRO(S) - SE002365
DANILO GURJÃO MACHADO - SE005553

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NECESSÁRIO REDIMENSIONAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por NORCON SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES S.A. e SPE CONDOMÍNIO VIVENDAS DO BOSQUE LTDA. à decisão monocrática desta relatoria que deu provimento ao recurso especial apresentado pela insurgente.

A decisão está assim ementada (e-STJ, fl. 630):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA DA OBRA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ARBITROU A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL APENAS EM DECORRÊNCIA DO ATRASO NA ENTREGA DE OBRA. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. REFORMA DO ACÓRDÃO, NO PONTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

Em suas razões, alegam as embargantes a existência de omissão na decisão embargada acerca do redimensionamento da sucumbência, tendo em vista que, com o provimento de seu reclamo, a recorrida obteve êxito em apenas 1 (um) dos 5 (cinco) pedidos

Superior Tribunal de Justiça

efetuados.

Requer, dessa forma, o acolhimento dos aclaratórios para que seja sanada a referida omissão.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

No que tange ao redimensionamento dos ônus sucumbenciais, com razão as embargantes, pois a decisão embargada foi omissa quanto ao redimensionamento dos honorários advocatícios, haja vista o provimento do recurso quanto à exclusão da condenação relativa aos danos morais.

Com efeito, em caso de provimento de recurso especial e sendo necessário o redimensionamento dos ônus sucumbenciais, estes deverão ser fixados de acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, em seus arts. 85 e seguintes.

Assim, tendo em vista que a autora/embargada foi vencedora na menor parte de seus pedidos, redimensiono a sucumbência para que ela arque com 40% das custas e despesas processuais.

Majoro os honorários recursais em favor dos patronos das embargantes em R\$ 300,00 (trezentos reais), suspensa a exigibilidade, em razão da concessão do benefício de gratuidade de justiça à embargada na origem, nos termos do art. 98 do CPC/2015 (fl. 335, e-STJ).

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração apenas para redimensionar os ônus sucumbenciais, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator